




AS PRÁTICAS INDIVIDUAIS DE ENSINO NA FORMAÇÃO MATEMÁTICA DOS NORMALISTAS DA ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ-BA (1926-1942)

TEACHING PRACTICES IN THE MATHEMATICAL FORMATION OF THE NORMALISTAS OF THE ESCOLA NORMAL DE CAETITÉ-BA (1926-1942)

Fabrcia Oliveira de Araujo¹

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6589-674X>

Janice Cassia Lando²

 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9995-3706>

RESUMO

Este artigo apresenta uma exposição histórica de um recorte dos resultados da pesquisa de mestrado que se propôs estudar os saberes na formação matemática de discentes da Escola Normal de Caetité-Bahia (1926-1961). Neste texto, analisa-se como aconteceram as Práticas Individuais de Ensino (estágio) e quais suas contribuições para a formação dos normalistas da Escola Normal de Caetité, especialmente no âmbito do ensino de Matemática, no período de 1926 a 1942. Trata-se de uma pesquisa histórica na perspectiva da história cultural, de acordo com Roger Chartier (1990), e as análises reúnem discussões de teóricos que abordam conceitos de saberes *a ensinar* e *para ensinar*, Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly (2017). Nesse sentido, identificou-se a presença de saberes *a ensinar* e *para ensinar* matemática integrados às ações das práticas individuais de ensino. O estudante normalista cumpria um ciclo de preparação para docência: nos dois anos iniciais o curso versava no cumprimento de orientações sobre a cultura geral e o ensino propedêutico, e nos dois últimos anos, intensificava a formação direcionada às práticas escolares e de ensino. Para o ensino da Matemática, naquele período, usavam-se artifícios do método intuitivo, explorando os sentidos, as formas e as experiências das crianças para elaborar e ir aprofundando o entendimento dos conceitos e dos conteúdos matemáticos.

Palavras-chave: Escola Normal de Caetité-BA. Ensino de Matemática. Práticas Individuais de Ensino.

ABSTRACT

This article presents a historical exposition of an excerpt from the results of the master's research that aimed to study the knowledge in mathematical formation of the students of the Escola Normal de Caetité-Bahia (1926-1961). In this text, one approaches an analysis of how these Individual Teaching Practices (internship) took place and how their contributions were to the formation of normalistas at Escola Normal de Caetité, especially in the field of mathematics teaching, from 1926 to 1942. One deals with historical research from the perspective of cultural history according to Roger Chartier (1990) and the analyzes gather discussions of theorists who address

¹ Mestra em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Técnica Universitária na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Caetité, Bahia, Brasil. Endereço para Correspondência: Rua Gov. Juraci Magalhães, n. 80, Centro, Caetité, Bahia, Brasil. CEP: 46.400-000. E-mail: fabriciaraujo86@hotmail.com.

² Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Rua da Itália, n. 11, Caixa Postal 113, Centro, Jequié, Bahia, Brasil, CEP 45.200-970. E-mail: janicelando@gmail.com.

concepts of knowledge *to teach* and knowledge *for teaching*, Rita Hofstetter and Bernard Schneuwly (2017). In this perspective, one identified the presence of knowledge *to teach* and *for teaching* mathematics integrated with the actions of individual teaching practices. Normalistas students fulfilled a cycle of preparation for teaching: in the first two years, the course focused on the fulfillment of guidelines on general culture and propaedeutic teaching and in the last two years, intensified the formation directed to school teaching practices. In relation to Mathematics, one identified in that period the use of the artifices of the intuitive method, exploring children's senses, ways and experiences to elaborate and deepen the understanding of mathematical concepts and contents.

Keywords: Escola Normal de Caetité-BA. Mathematics Teaching. Individual Teaching Practices.

INTRODUÇÃO

O estudo constante neste artigo representa uma parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado³ em que se propôs estudar os saberes na formação matemática dos discentes da Escola Normal de Caetité-Bahia (1926-1961) (Araújo, 2020). Este recorte temporal refere-se ao período de funcionamento dessa escola com o trabalho voltado à formação de professores, pois, a partir de 1962, transformou-se no Instituto de Educação Anísio Teixeira e foi incorporando outras modalidades profissionalizantes.

O município de Caetité é a cidade natal do Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima, primeiro governador eleito no estado da Bahia, após a Proclamação da República em 1889. Uma de suas ações no exercício do cargo foi a criação das Escolas Normais: na capital do estado – Instituto Normal da Bahia – e a primeira escola de formação de professores do interior do território baiano. Assim, por meio da regulamentação da Lei n.º 117 em 24 de agosto de 1895, Caetité foi a primeira cidade no interior do estado a possuir uma unidade escolar voltada para o ensino normal, inaugurada somente em maio de 1898. Contudo, de acordo com Lima (1978), devido a questões políticas,⁴ houve o fechamento dessa Escola Normal em 29 de dezembro de 1903, o que significou um retrocesso para a educação no interior do estado da Bahia. Segundo Tanuri (2000, p. 65), essas eram características comuns às primeiras escolas normais instituídas no Brasil e revela que “[...] tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção [...]”.

Somente no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), quando Anísio Spínola Teixeira foi convidado e assumiu o cargo de Diretor Geral de Instrução da Bahia, este organizou a “[...] Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925, que aprovou uma nova Reforma do Ensino Público, bem como o Decreto n.º 4.218, de 30 de dezembro de 1925, que regulamentou o ensino primário e normal” (Oliveira, 2012, p. 29). Isso permitiu a reinauguração da unidade escolar da cidade de Caetité, em 21 de abril de 1926. A partir desse período histórico, iniciamos nossas análises da Escola Normal de Caetité-BA.

³ A pesquisa se constituiu em um subprojeto que compõe o projeto intitulado: “Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia, de 1925 a década de 1980” (Lima et al., 2016).

⁴ Caetité recebera com a República duas instituições de ensino “[...] a Escola Complementar e a Escola Normal. [...] por 1904, então na governança do Estado, o Dr. Severino Vieira rompeu com seu antecessor, o Conselheiro Luiz Viana a quem Dr. Deocleciano se achava ligado por laços de amizade e partidarismo. Dizem que, solicitado a definir-se, respondera ao Governador: ‘erraste o endereço’. Logo perdeu as posições, fecharam a Escola Normal e, em seguida, a Complementar.” (Lima, p. 13, 1978). O Dr. Deocleciano Teixeira era à época um dos principais líderes políticos do município de Caetité-BA.

Nessa construção investigativa da pesquisa de mestrado, buscamos conhecer os processos históricos que permearam a formação do professor primário que ensinaria, dentre outros saberes escolares, a matemática, analisando a circulação de saberes matemáticos e pedagógicos, advindos do desenvolvimento manifesto através dos contextos culturais, sociais, econômicos e políticos para lecionar a disciplina Matemática à época, além de incorporar aspectos conceituais e metodológicos nos processos formativos utilizados por esta unidade escolar.

Dessa forma, considerando a relevância das Práticas Individuais de Ensino (estágio) na formação de professores, este artigo tem como objetivo analisar como aconteceram essas práticas de ensino e quais as contribuições dessa atividade curricular na formação do docente que viria lecionar Matemática no ensino primário e no ensino infantil, nos anos de 1926 a 1942⁵, período que corresponde aos anos iniciais de funcionamento após a reinauguração da Escola Normal de Caetité, quando o ensino normal dessa instituição foi regulamentado pela Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925 e pelo Decreto n.º 4.218, de 30 de dezembro de 1925. Sobretudo no que diz respeito aos saberes matemáticos, componente integrante para realização do estágio e no processo de instrumentalização docente, por meio do desenvolvimento dos aspectos conceituais, disciplinares e sua caracterização didático-metodológica e pedagógica para realizar a atividade profissional docente.

Para tanto, exploramos compreensões históricas no que tange à organização e à estruturação das atividades referentes à Prática Individual de Ensino, regulamentadas pela Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925 (Reforma da Instrução Pública) do estado da Bahia e analisamos, nesse contexto, a presença do ensino de matemática, constituído pelos saberes *para* ensinar e *a* ensinar que permearam as ações formativas, preparatórias e de intervenção dos normalistas da Escola Normal de Caetité no ensino primário e no ensino infantil.

Os saberes *a* ensinar são aqueles “[...] emanados dos campos disciplinares de referência produzidos pelas disciplinas universitárias (*saberes disciplinares* ou saberes concernentes aos saberes *a* ensinar)” (Borer, 2017, p. 175, grifos da autora). Para Hofstetter e Schneuwly (2017) tais saberes são os objetos do trabalho do profissional. Enquanto os saberes *para* ensinar, de acordo com esses autores (2017, p. 134), seriam os saberes que são as ferramentas de seu trabalho. E, compondo essas ferramentas, estão compreendidos os saberes sobre: “‘o objeto’ do trabalho de ensino e de formação”; “as práticas de ensino” e a “instituição que define o seu

⁵ Em 05 de março de 1943, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 12.691 que reorganizou as Escolas Normais do Interior do estado da Bahia, ficando as Escolas Normais das cidades de Feira de Santa e de Caetité organizadas em 5 anos.

campo de atividade profissional”. Essas categorias apresentam em sua dimensão características que envolvem saberes sobre o aluno, como ele aprende, os conhecimentos que este possui; os procedimentos de ensino, os métodos, a escolha de saberes a ensinar, a organização curricular e de gestão escolar (Hofstetter & Schneuwly, 2017).

Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da História Cultural, de acordo com Roger Chartier (1990, p. 17), para quem “a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.

Como fontes documentais, utilizamos as leis e os decretos que regulamentaram o ensino normal no estado da Bahia à época, relatórios e papeletas individuais de estágio. Assim, para a elaboração deste texto, devido à grande quantidade de documentos analisados na pesquisa do mestrado, fizemos uma delimitação, adotando os elementos que mantêm relação direta com a prática individual de ensino.

1. A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÁTICA INDIVIDUAL DE ENSINO NAS ESCOLAS NORMAIS DA BAHIA

Conforme determinava a Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925 (Reforma da Instrução Pública), o título III, Capítulo I, Artigo 140 regulamentava as atividades de estágio do Ensino Normal na Bahia da seguinte maneira:

Art. 140⁶. O plano de estudos para o 4º ano terá em vista o preparo profissional dos alumnos que, alliviados das materias theoricas, se entregarão a pratica intensiva do ensino, revezando-se por turma nas “escolas de applicação” annexas, onde, assistidos e aconselhados pelos professores das cadeiras do dito anno, se exercitarão no magisterio, com a responsabilidade do trabalho pessoal. Terminando cada cyclo de maior ou menor numero de dias, marcados para os seus exercicios periodicos, apresentarão relatorios de suas observações e lições (Lei n.º 1.846, 1925).

A Reforma da Instrução Pública do estado da Bahia, a partir de agosto de 1925, apresentava o exercício no magistério de forma obrigatória para a obtenção da titulação de professor do ensino primário. Essa atividade constituía, no conjunto, uma ação fundamental no processo formativo, contribuindo de forma significativa para o estudante normalista, que, diante da oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante os anos letivos cursados na Escola Normal, poderia experimentar na prática suas habilidades docentes e aprimorá-las no treinamento profissional, mediante as orientações recebidas por seus supervisores.

⁶ No Decreto n.º 4.218, de 30 de dezembro de 1925, que regulamentou o ensino primário e normal, este texto corresponde ao Art. 433.

De acordo com Bertini, Morais e Valente (2017, p. 30, grifos dos autores) “[...] o que caracteriza a profissão de professor é a *expertise* profissional, a posse dos *saberes para ensinar*.”

Sendo assim, a intermediação do trabalho teórico-prático, acontecida durante o estágio, seria um instrumento de aprendizagem que viabilizava aos estudantes aprofundarem o que propunha o referencial teórico sobre o ensino primário, constituindo-se elemento fundamental para ressignificar a trajetória formativa e possibilitar o desenvolvimento da “*expertise* profissional”.

De acordo com Andrade e Resende (2010, p. 234), desde a criação da escola e das reestruturações curriculares, a organização e a distribuição das matérias seguiam “[...] uma estrutura curricular na qual predominavam as matérias de cultura geral sobre as de formação especial”. Mesmo esses autores fazendo uma referência à reforma proposta pela Lei n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946, esse formato, que previa a oferta dos componentes de cultura geral em todos os anos letivos, enquanto as matérias pedagógicas eram ministradas de forma mais intensiva nos últimos anos de formação, já era adotado na Bahia desde 1925. No caso da escola de Caetité, as disciplinas voltadas para a formação de professores, como Didática e Pedagogia, eram oferecidas nos 3.º e 4.º anos⁷, em meio a todos os outros componentes.

Ao realizarmos uma leitura do relatório construído e encaminhado por Anísio Teixeira, em 1928, ao Governador do estado da Bahia, quando ocupava o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, compreendemos com maior clareza a dimensão das atividades relacionadas à “prática escolar e de ensino” por parte dos discentes:

O curso normal, propriamente dito, conservou os quatro anos de estudo, de grau secundario, sendo reorganizado no sentido de se destinarem dois anos á cultura geral e propedeutica e os dois restantes á cultura estrictamente profissional, sobretudo o ultimo em que o trabalho do curso se funda no ganho da pratica escolar e de ensino. A observação do ensino nas escolas de applicação, a participação no ensino e a pratica do mesmo nas escolas publicas designadas para esse fim, constituem elementos essenciaes hoje na formação do professor bahiano e nesse programma da pratica profissional se estribam os ultimos annos do curso normal. *É o seguinte o programma de pratica do ensino nas escolas normaes:*

(art. 562 R.)

“Os alumnos começarão a frequentar as escolas annexas logo que cursarem o 2º anno normal. No 2º anno assistirão, pelo menos uma vez por semana, ao funcionamento das classes das escolas primarias.

No 3º anno, sob a direcção do professor de pedagogia, assistirão a lições modelas, dadas pelos professores da escola annexa, lições que o professor de pedagogia em seguida explicará e commentará. No 4º anno, praticarão directamente o ensino dando lições e regendo, provisoriamente, as classes. Essas lições constituirão os exercicios didacticos no primeiro semestre do quarto anno e obedecerão ao seguinte processo: o professor de didactica fixará um assumpto de aula primaria, fal-o- á preparar por escripto por todos os alumnos e, depois de debatidos e estudados os differentes planos de aula organizados pelos alumnos, designará o alumno que melhor o fizer para proceder a lição. No segundo semestre, os alumnos assumirão,

⁷ Com base no livro de Registro de médias e exames da Escola Normal de Caetité – ano de 1929 – acervo do arquivo inativo do Instituto de Educação Anísio Teixeira.

por turmas, a regencia das classes, sob as vistas dos professores das escolas anexas. Essa regencia poderá estender-se por um, dois ou tres dias seguidos. Nesse segundo semestre o Director solicitará ao Director Geral a designação de escolas publicas onde, com a assistencia dos professores das escolas, os normalistas *irão reger, pessoalmente, pelo menos durante quinze dias, uma classe de ensino primario. Toda pratica de ensinar será organizada nas escolas normaes com a superintendencia do director, que providenciará para que essa pratica siga a marcha gradativa, do 2º ao 4º anno, comprehenda todos os exercicios prescriptos e seja rigorosamente obrigatoria para todos os alumnos.* Poderá fazer, para isto, qualquer modificação de horario, transposição de lições e tudo que entender necessario para que se cumpra integralmente o disposto nesse artigo". Representa isto um grande progresso no problema do treino do professor primario, progresso que ha de continuar nessas duas direções principais: *curriculum* cada vez mais estrictamente profissional e facilidades de pratica escolar, cada vez mais amplas (Teixeira, 1928, [n.p.], grifos nossos).

De acordo com o que indica o relatório, o curso normal foi estruturado designando dois anos para o desenvolvimento de cultura geral e propedêutica e dois anos para preparação profissional. Nessa organização, as atividades de prática individual de ensino aconteceriam gradativamente desde o segundo ano, embora, nesse ano, a grade de matérias não contemplasse nenhum componente relacionado à Didática ou à Pedagogia na Escola Normal de Caetité-BA.

Conjecturamos que essa primeira experiência do aluno do curso normal de Caetité, assistindo às aulas da escola primária, não tinha a orientação de um professor em relação ao que deveria ser observado, tampouco uma reflexão coletiva com docentes e colegas sobre essa atividade, mesmo sendo mencionada no relatório a responsabilidade do diretor da escola em garantir o cumprimento do proposto: “toda pratica de ensinar será organizada nas escolas normaes com a superintendencia do director, que providenciará para que essa pratica siga a marcha gradativa, do 2º ao 4º anno, comprehenda todos os exercicios prescriptos e seja rigorosamente obrigatoria para todos os alumnos” (Teixeira, 1928, [n.p.]).

As atividades práticas dos discentes aconteciam de forma gradual. No 2.º ano, deveriam assistir semanalmente às aulas do ensino primário. No 3.º ano, assistiriam às aulas não apenas para conhecer, mas então já passariam a analisar métodos, recursos, teorias, etc.; e no 4.º ano assumiriam a regência provisória. Essa regência seria desenvolvida no segundo semestre letivo, antecedida por atividades de planejamento e prática de lições nas aulas de Didática durante o primeiro semestre. Para cumprir sua prática formativa, seria necessário assumir no mínimo 15 dias letivos numa classe de ensino primário e realizar o atendimento desses ciclos para obter o título de professor normalista.

Essa organização sistêmica de ocorrência das práticas de ensino foi idealizada e implementada, como sendo essencial para a formação profissional do futuro professor primário. Conforme destacou Anísio Teixeira, a observação e a participação no ensino, bem como a “prática do mesmo nas escolas públicas” se “constituem elementos essenciaes hoje na formação

do professor bahiano e nesse programma da pratica profissional se estribam os ultimos annos do curso normal” (Teixeira, 1928, [n.p.]).

Essa valorização da prática de ensino na formação do professor primário, com características muito parecidas com a prevista na legislação baiana, também esteve presente, desde 1921, na Escola Normal de Piracicaba. Manoel Bergström Lourenço Filho⁸, que havia sido designado para ministrar a Prática Pedagógica, elaborou um plano em 1921, o qual, após ser desenvolvido no decorrer daquele ano, foi publicado, em 1922, na *Revista de Educação* da Escola Normal de Piracicaba (Lourenço Filho, 2001). Nesse plano, a prática pedagógica estava prevista para ser desenvolvida no 2.º ano (2 aulas semanais), no 3.º ano (3 aulas semanais) e no 4.º ano (5 aulas semanais) (Lourenço Filho, 1922).

No 2.º ano, 10 aulas eram destinadas à orientação e 50 para observação nas classes. Na Escola Normal de Piracicaba, tal como no ensino normal baiano, nesse ano não havia disciplinas voltadas para a formação profissional e, quanto a isso, Lourenço Filho fez a seguinte ponderação:

Os alunos não têm ainda conhecimento algum de Psicologia Aplicada à Educação ou de Pedagogia Experimental, disciplinas que só irão encontrar nos 3º e 4º anos. Devem iniciar-se, pois, na Prática Pedagógica, pelo conhecimento empírico do ambiente escolar, no qual começarão a exercer as suas análises, recolhendo dados de observação, concretos e experimentais. Tudo indica que a educação profissional do professor seja iniciada pelo conhecimento prático do corpo da escola, motivo pelo qual o programa do 2º ano se resume em responder a esta indagação: Onde se ensina? (Lourenço Filho, 1922, p. 63)

Assim, interpretamos que a prática de ensino no 2.º ano do curso era uma forma de inserir, o mais cedo possível, o normalista no campo de atuação profissional. No 3.º ano estavam previstas observação e experimentação⁹ e no 4.º ano “os alunos se exercitam a dar aulas, aplicando conscientemente os preceitos da metodologia especial de cada disciplina” (Lourenço Filho, 1922, p. 66).

Podemos inferir que essa maneira de desenvolver a prática de ensino nas Escolas Normais era uma novidade, pois Antonio de Sampaio Dória,¹⁰ ao apresentar esse plano de Lourenço Filho no trabalho intitulado *Memória sobre a educação nacional* que consta nos anais

⁸ Lourenço Filho (1897-1970) pode ser apresentado, dentre outras características, como: “o militante da Liga Nacionalista de São Paulo, o organizador da Psicologia como campo científico, o autor de literatura didática, o administrador público, o intelectual-cientista, o reformador social, e, naturalmente, o professor em escola primária, escola normal e universidade” (Monarcha, 2010, p. 14).

⁹ A esse respeito Lourenço Filho indicava (1922, p. 65): “Ao mesmo tempo que vão tendo a significação exata de muita noção teórica de psicologia, pelo contato com a criança e com a classe, vão também os alunos se enfiando nos cuidados da direção de uma escola. Na distribuição e manejo do material de ensino, e mesmo na direção de certas aulas em que a ação do mestre seja pequena, permite-se já o exercício dos praticantes. São exigidas as cédulas de observação, no fim de cada aula, de acordo com o questionário de antemão proposto”.

¹⁰ Sampaio Dória (1883-1964) foi professor da disciplina Psicologia, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal Secundária de São Paulo a partir de 1914. Em 1919, assumiu concurso de professor substituto na Faculdade de Direito de São Paulo, posteriormente sendo nomeado como livre-docente e, em 1926, como catedrático. No período de 1920 a 1922, assumiu o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo. (Carvalho, 2010).

da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1921, afirma: “Emquanto as escolas normaes não se compenetrarem da sua missão profissional, adoptando uma *orientação do teôr desta*, dellas não sahirão profissionaes, como de uma faculdade de medicina sem hospitaes não podem sahir medicos” (Doria, 1922, p. 228, grifo nosso).

É possível identificar indícios de que vivenciavam um momento de discussão de quais seriam os saberes necessários para a formação do professor primário. No que consiste na definição desses saberes, Borer (2017, p. 176) aponta para “[...] as tensões em jogo nas instâncias que contribuem de diferentes maneiras para definir esses saberes [...]”. Essas instâncias são: “a profissão de professor e as associações/sindicatos que a representam; a administração escolar (departamentos de instrução pública [...]); as faculdades universitárias (com as disciplinas de referência do ensino e da pedagogia/ciência(s) da educação)” (Borer, 2017, p. 176).

Nessa perspectiva, é relevante considerar que, para Chartier (1990, p. 17): “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade [...]”. Portanto, o cenário educacional e sua organização foram sistematizados, pensando a profissão docente e o seu desenvolvimento no estado da Bahia, visando difundir essa modalidade formativa para o atendimento mais amplo em seu território que sofria à época com a carência desse profissional e em conformidade com uma formação que valorizava a prática de ensino.

2. A EXPERIÊNCIA DOCENTE REGISTRADA NAS PAPELETAS INDIVIDUAIS DE ESTÁGIO

Ao tentarmos identificar os saberes *a ensinar e para ensinar* que circundavam no movimento do preparo profissional desenvolvido pela Escola Normal de Caetité-BA, a pesquisa nos levou a um instrumento – Papeletas de Práticas Individuais – utilizado naquela unidade de ensino, no qual os estudantes do curso normal registravam suas observações e ações relacionadas à Prática Individual de Ensino.

Trata-se de um elemento avaliativo que descreve informações da realização das práticas de ensino, ocasião do “exercício do magistério”, ou seja, um formulário no qual os estudantes normalistas anotavam os trabalhos desenvolvidos no momento das atividades de práticas

formativas nas escolas de aplicação e demais escolas públicas designadas pelo Diretor Geral para a realização da regência, sinalizando métodos, modos, formas, disciplina, conteúdos, etc.

Esses registros estão sob custódia do Arquivo Público Municipal de Caetité, ainda em processo de catalogação. Na ocasião da pesquisa, embora tenhamos encontrado três fichas, exploramos duas delas por apresentarem trabalhos com o ensino de Matemática. Vejamos uma mostra desse documento:

Figura 1 - Papeleta de Prática Individual

Escola Normal de Caetité
PAPELETA DE PRÁTICA INDIVIDUAL

Praticante: Nome *Dirce Montenegro de Cerqueira N. 2*
Serie ou ano *3º Ano Normal* Grupo _____

Prática: Escola *Anexa à Escola Normal*
Classe *1º* Ano ou grão *1º Ano*
Frequencia: S. Masc. _____ S. Fem. _____ Total _____

Data: *20* de *Abril* de 1934

Trabalhos realizados e observações feitas:

(O praticante especificará os exercícios que dirigiu e aqueles a que assistiu, declarando si reconheceu algum método, processo, técnica, modo, forma. Indicará também as observações psicológicas e didáticas que pôde realizar).

Durante a semana passada dirigi no primeiro ano elementar, as seguintes aulas: duas de educação física, sendo uma com alguns exercícios e em outra diversos jogos; Português - resumo do capítulo, antes de ser lido pelas alunas, mostrando as mesmas as gravuras que encontram no capítulo; Geografia - estudo das principais ruas da cidade, prédios mais importantes, etc; uma excursão com as alunas em algumas ruas da cidade; Geometria - expliquei sólidos, dando oportunidade de mostrar-las as crianças, fazendo com que elas dessem exemplos de objetos semelhantes, e fiz desenhos no quadro negro, tratei principalmente do cubo, esfera e cilindro. Tive oportunidade de assistir a aulas seguintes dadas pela prof. História do Brasil, Português, cálculo e geometria. Como já havia dito acho que a professora utilizou o método de...

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

O registro que consta no formulário de prática individual (Figura 1) é da estudante Dirce Montenegro de Cerqueira, matriculada no 3.º ano do Curso Normal, no ano de 1934. Uma confirmação de que atividades relacionadas ao estágio aconteciam também no 3.º ano do curso. Sua atividade foi desenvolvida numa classe do 1.º ano do ensino primário, e o registro foi do dia 20 de abril de 1934.

O subtítulo, apresentado na Figura 1, solicita: “trabalhos realizados e observações feitas”: “(O praticante especificará os exercícios que dirigiu e aqueles a que assistiu, declarando se reconheceu algum método, processo, técnica, modo, forma. Indicará também as observações psicológicas e didáticas que pôde realizar)”.

Notamos haver uma preocupação em explorar, por meio dessa ferramenta de registro utilizada pela escola, questões que iam além de um diário de anotações das atividades, servia, sobretudo, para sistematizar e sintetizar a compreensão dos normalistas, ao relacionar teoria e prática. Os elementos registrados e identificados pelos professores do curso normal nos levam a acreditar que esses documentos poderiam significar também uma espécie de diagnóstico que subsidiaria o planejamento das orientações formativas que precisariam ser aprimoradas para desenvolver a prática individual de ensino no último ano letivo, quando o normalista fosse realizar o exercício do magistério.

Por meio da Papeleta de Prática Individual, poderiam ser inseridas diversas informações importantes, como características relacionadas a saberes da Didática, da Psicologia e da Pedagogia, além de contemplar as matérias de conhecimentos gerais ministradas no momento da aula.

Ainda sobre a papeleta apresentada na Figura 1, a professora regente do curso normal, em sua avaliação, sinalizou o fato de a estudante não ter mencionado o método utilizado na Turma do 1.º ano do curso primário elementar. Essa indicação permitia à discente refletir sobre o processo e, em caso de dúvida, dialogar para compreender mais acerca da teoria conciliada à prática.

De acordo com Hofstetter e Schneuwly (2017, pp. 133-134), “Formar, como qualquer atividade humana, implica dispor de saberes para sua efetivação, para realizar essa tarefa, esse ofício específico. E esses saberes constituem ferramentas de trabalho, neste caso, saberes *para* formar ou saberes *para* ensinar [...]”. O instrumento adotado pela Escola Normal (Papeleta de Prática Individual) é mostra importante que permite abranger os processos de aprendizagem discente em relação aos conhecimentos e aos reconhecimentos de métodos, conteúdos e modos de ministrar aulas.

No intuito de facilitar a compreensão do registro inserido por Dirce C. Montenegro na Figura 1, transcrevemos sua anotação:

Durante a semana passada dirigi no primeiro ano elementar, as seguintes aulas: duas de educação física sendo feita em uma alguns exercícios e em outra diversos jogos. Português – resumo do capítulo antes de ser lido pelas alunas mostrando as mesmas as gravuras que encontrei no capítulo. Geografia – estudo das principais ruas da cidade, prédios mais importantes, etc; uma excursão com os alunos em algumas ruas da cidade. Geometria – expliquei sólidos, tendo a oportunidade de mostrá-los às crianças, fazendo com que elas dessem exemplos de objetos semelhantes e fiz exemplos com desenhos no quadro negro;

tratei principalmente do cubo, esfera e cilindro. Tive oportunidade de assistir as aulas seguintes dadas pela prof.^a História do Brasil, português, cálculo e geometria. Como já havia dito acho que a professora [...] processo repetitório, modo simultâneo.

O professor da escola primária devia ser preparado para lecionar todas as matérias. Por isso, conforme a descrição citada, as aulas da normalista Dirce contemplavam diversos componentes curriculares. Ela descreve as aulas de matemática assim: “Geometria – expliquei sólidos, tendo a oportunidade de mostrá-los às crianças, fazendo com que elas dessem exemplos de objetos semelhantes e fiz exemplos com desenhos no quadro negro; tratei principalmente do cubo, esfera e cilindro”. Infelizmente, ela não detalha sobre como esses sólidos geométricos foram mostrados às crianças, exceto quando solicita exemplos de objetos semelhantes que objetivavam relacionar o conteúdo escolar com a vida da criança e desenhos no quadro.

O Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia (1925), em relação ao ensino de Geometria no primeiro ano primário da escola elementar, orientava:

O ensino da geometria deve ser ministrado de um modo intuitivo e pratico. Não existe estudo mais facil quando seja feito com clareza e logica. O modo concreto por que fôr conduzido o ensino permittirá que o professor exerça, sem muito esforço, o methodo de *rediscoverta* (rediscovery). O alumno terá a satisfação de encontrar elle proprio o conhecimento que o professor lhe deveria trazer. Do conhecimento pratico das figuras seguirá o professor para o estudo abstracto de suas propriedades. As noções abstractas deverão, entretanto, se desprender do estudo concreto das figuras, como conclusões claras e naturaes. A creança sentirá que tudo se encadeia e ao vêr que lhe é dada uma parte saliente no invertigar, raciocinar e encontrar dos conhecimentos, terá encanto especial nesse estudo. Não deixará passar ensejo o professor para sublinhar a applicação na vida pratica de todos os conhecimentos ensinados. Conhecimento pratico dos solidos – cubos, esferas, cylindros, prismas, etc. Do exame pratico dessas figuras retirar intuitivamente com a creança a noção das figuras geometricas – *linha, superficie, volume*. Depois, explicando que a Geometria já estuda as figuras em um só plano (geometria plana), já em mais de um plano (Geometria no espaço), chegar ás noções concretas de Geometria plana – perimetro, circumferencia, circulo, angulo, triangulo, indicando propriedade e applicações. (Teixeira, 1925, [n.p.], grifos do autor).

Ao analisarmos os conteúdos de Geometria, a serem ministrados no primeiro ano do ensino primário em conformidade com o Programa de 1925, juntamente com a descrição apresentada pela estudante normalista durante os trabalhos desenvolvidos na ocasião de sua prática com a adoção de alguns desses elementos conceituais, observamos que o modo de ensinar conhecimentos geométricos era iniciado com a exploração da Geometria Espacial e, à medida que a aprendizagem fosse ocorrendo, as explicações incluíam a Geometria Plana, ou seja, o ensino de Geometria transcorria do espaço para o plano.

Assim, são perceptíveis os artifícios do método intuitivo,¹¹ embasando a maneira de explicar a matéria. O ensino de Geometria Espacial acontecia antes do ensino de Geometria

¹¹ “O método intuitivo surgiu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e, sobretudo de Pestalozzi. Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação” (Remer & Stentzler, 2009, p. 6335).

Plana, e a aprendizagem ia se consolidando a partir das percepções das crianças e suas ideias relacionadas às formas das figuras que já conheciam em articulação com as informações ministradas pelos professores, reforçando a participação da criança no processo de ensino e aprendizagem. Sobre a forma que esse ensino se dava, Silva e Valente (2014) afirmam:

Uma alteração significativa presente na reforma de 1905 é a inversão no desenvolvimento dos conteúdos; inicia-se com figuras geométricas espaciais no 1º e no 2º anos e o estudo propriamente de figuras planas é proposto para o 3º e 4º anos. Esse novo encadeamento do espaço para o plano é mantido ao longo das reformas seguintes até meados do século XX (Silva & Valente, 2014, p. 59).

Embora essa citação faça referência a uma reforma do ensino no estado de São Paulo, os livros didáticos confeccionados e adotados por lá circularam pelo País nesse formato. Além disso, o registro da normalista descreve a atividade matemática trabalhada na classe do 1.º ano do ensino primário, reforçando o ensino de Geometria Espacial antes de abordar o de Geometria Plana. Essa abordagem do ensino de Geometria envolve saberes *a ensinar* e *para ensinar* matemática.

O método intuitivo pautava-se em princípios que, de acordo com Valdemarin (2000, pp. 76-77), podem ser resumidos em: “o ato de conhecer tem início nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir das quais são produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos que constituem a matéria-prima das idéias”. Continuando, essa autora (2000, p. 77) afirma: “as idéias assim adquiridas são armazenadas na memória e examinadas pelo raciocínio, a fim de produzir o julgamento”.

O processo de ensino preconizado por esse método

deve desenvolver-se do simples para o complexo, do que se sabe para o que se ignora, dos fatos para as causas, das coisas para os nomes, das idéias para as palavras, dos princípios para as regras, ou seja, do que pode ser observado para a abstração. Assim sendo, observar é progredir das percepções dos sentidos para a idéia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento, por meio de atividades concretas que são, ao mesmo tempo, expressão do pensamento e da experiência. (Valdemarin, 2000, p. 77).

Assim, os registros presentes na Figura 1 contêm ações que podem ser analisadas com base no desenvolvimento recomendado para o ensino no método intuitivo, ou seja, a professora mostrou sólidos geométricos aos alunos, solicitou que eles mencionassem objetos semelhantes que conheciam, em seguida fez desenhos no quadro negro, com isso buscando oportunizar que as crianças estabelecessem relações de conhecimento e aprendizagem a partir da exploração dos seus sentidos. Importante destacar o início do processo de ensino, quando são apresentados sólidos geométricos para os alunos, pois, segundo Valdemarin,

Dada a proposição de que os sentidos são os instrumentos determinantes para a aquisição do conhecimento, os objetos a serem utilizados no ensino, isto é, postos para serem observados, assumem papel fundamental, pois são a garantia de que o conhecimento não seja meramente transmitido, mas gerado com base no contato com o objeto. (Valdemarin, 2000, p. 77).

Essa descrição nos leva a perceber a inserção de características do método intuitivo sendo utilizado pela normalista para explicar os conteúdos de Geometria.

Uma segunda mostra de papeleta de prática individual de ensino:

Figura 2 – Recortes da Papeleta de Prática Individual da aluna Augusta Domingues

Escola Normal de Caetité
PAPELETA DE PRÁTICA INDIVIDUAL

Praticante: Nome *Augusta Domingues* N.º *6*
 Serie ou ano *3º* Grupo _____

Prática: Escola *D. Maria Neves Leobão*
 Classe *mista* Ano ou grão *4º*
 Freqüência: S. Masc. _____ S. Fem. _____ Total _____

Data: *28 de Abril* de 1934

Presença também a determinação da formação de um quadro de hora feita pela professora aos alunos.

Dirigi-

- Aritmética - subtrair frações ordinárias
- Educação Física { exercícios, marcha e canto

Fiz: correção de escrita, passei notas para as cadernetas, leitura simultânea com ^{um} grupo; resumo; análise lexica.

Dourei lição de Gramática - graus do subs e adjetivos

Métodos empregados { intuitivo em parte
 de observação - no estudo da fl. Natural
 feito ao ar livre (5ª feira)

Processo de ensino { individual
 e
 simultâneo

Método { misto

Forma { interrompida
 e
 interrogativa

Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité-BA

A Papeleta de Prática Individual de Ensino (Figura 2) pertence à estudante Augusta Domingues do 3.º ano do Curso Normal, que exerceu atividades de prática de ensino na Escola

Maria Neves Lobão numa turma mista do 4.º ano. Datado de 28 de abril de 1934. De acordo com o registro, a Matemática era ensinada de forma segmentada em seus ramos do saber. A normalista descreve que houve aulas de Arithmetica, sendo trabalhado o conteúdo subtração de fração ordinária por meio de atividade escrita e Geometria, revisando circunferência. Reforçamos aqui a interpretação que fizemos acerca da Geometria ser ensinada do espaço para o plano, isto é, no 4.º ano estava sendo ensinado o conteúdo de circunferência. Em sua regência, também em matemática, ensinou a subtração de frações ordinárias, conforme pode ser observado na descrição da normalista na papeleta cujos recortes constam na Figura 2:

Assisti essa semana os exercicios seguintes: Geografia: Europa - recordação de estados e capitales; Europa - mares; H. Pátria: 2ª invasão holandeza com arguição feita à toda classe; Aritimética: Subtrair frações ordinarias (lição escrita); Geometria: revisão de circunferencia; Língua Pátria - Discrição, redação, ditado, leitura com resumo de capítulo lido, análise lexica e sintatica; Educação Física: exercicios e jogo; Física: som e propagação. Presenciei também a determinação da formação de um quadro de honra feito pela professora aos alunos. Dirigi: Aritimética: Subtrair frações ordinarias; Educação Física: exercicios, marcha e canto. Fiz correção de escrita, passei notas para as cadernetas, leitura simultânea com um grupo; resumo; análise lexica. Tomei lição de Gramática – Grãos do subst. e adjetivos. Métodos empregados: intuitivo em parte – de observação no estudo da H. Natural feita ao ar livre (4ª feira); Processo de correção – individual e simultâneo; Modo mixto; Forma interrompida e interrogativa.

Esses registros apontam informações didáticas, metodológicas e conceituais, ou seja, saberes *a* ensinar e *para* ensinar, de acordo com Hofstetter e Schneuwly (2017). No documento, a estudante menciona o método intuitivo em parte de observação, devido à aula ter acontecido ao ar livre. As correções foram individuais e simultâneas. Quanto ao modo, indica o misto, e no que se refere à forma, a aluna aponta, interrompida e interrogativa. E os registros referentes a este último aspecto, de acordo com a correção realizada pela professora, apresentam inconsistências. Relata a normalista ter empregado os conceitos matemáticos de subtração de frações ordinárias e circunferência.

No que tange ao modo, que consta na Papeleta e que foi indentificado como simultâneo, pela estudante Dirce Montenegro de Cerqueira, e misto por Augusta Domingues, Alípio Franca,¹² no livro *Noções de Metodologia e de Organização Escolar*, publicado em 1916, indicava que os modos de ensino são: o individual, o simultâneo, o mútuo e o misto. No modo individual o professor ensinava para cada aluno independentemente; no simultâneo os alunos eram divididos segundo determinados critérios, e o professor ensinava ao grupo como se fosse um único aluno; no mútuo, havia uma divisão da escola em grupos e os alunos adiantados atuavam como auxiliares do professor, ensinando os grupos formados por seus colegas; e o

¹² Esse autor também foi diretor e professor da Escola Normal de Salvador-BA. Localizamos indícios de que o livro desse autor intitulado *Noções de Pedagogia Experimental*, foi utilizado na Escola Normal de Caetité (Livros escolares, 1932).

método misto era a associação de dois modos (Franca, 1916 apud Luz, 2009). No caso da turma observada por Augusta Domingues, era uma combinação dos modos individual e simultâneo.

Considerando os registros das alunas nas duas Papeletas de Práticas Individuais, podemos inferir que o método intuitivo sobressaía-se no ensino primário de Caetité, ao menos nas escolas designadas como campo do exercício para o magistério das alunas da Escola Normal de Caetité. Segundo Luz (2009, p. 8), em sua pesquisa sobre o ensino primário baiano no período de 1924 a 1928, “Nesse período, começou a se consolidar na educação baiana a utilização do método intuitivo e uma nova concepção de escola e de educação que deveriam valorizar o meio e a cultura em que a criança vivia especialmente no interior do Estado”. Os registros das alunas apresentam indícios dessa valorização do meio e da cultura em que o estudante estava imerso. Por exemplo, no ensino da Geografia “estudo das principais ruas da cidade, prédios mais importantes, etc; uma excursão com os alunos em algumas ruas da cidade” e na Geometria “fazendo com que elas dessem exemplos de objetos semelhantes [aos sólidos estudados]”.

Assim, os registros apresentados nas Figuras 1 e 2 indicam o cumprimento das atividades relacionadas ao exercício do magistério, as quais ocorriam seguindo as etapas em cada série do curso normal. Em relação à Matemática, a adoção do método intuitivo para abordar conceitos e elementos matemáticos, baseando-se no contexto e no entendimento das crianças na construção desses conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar como aconteceram as Práticas Individuais de Ensino (estágio) e quais suas contribuições para a formação dos normalistas da Escola Normal de Caetité, especialmente no âmbito do ensino de Matemática, no período de 1926 a 1942.

Não seria possível abordar o desenvolvimento dos trabalhos relacionados à formação de professores deste lugar, sem que antes apresentássemos o porquê de a Escola Normal de Caetité ser o nosso objeto de pesquisa. Como mencionado no início do texto, Caetité foi a primeira cidade do interior baiano a possuir uma unidade escolar com a oferta do curso normal, seguida por Feira de Santana, também no interior do estado.

Essa escola teve um papel muito importante, porque, por intermédio dela, o governo do estado da Bahia descentralizava a formação do profissional docente, oportunizando à região sudoeste a atividade de promover e habilitar professores do ensino primário para difundir a

oferta e alavancar o crescimento da educação dos baianos numa vasta região do território sertanejo. Esta única escola era responsável por oportunizar a cultura e a preparação intelectual das quais um professor deveria estar munido e capacitado para o exercício de sua profissão, nutrindo, assim, a sociedade local.

Através de sua implementação em 21 de abril de 1926, ocorrida em decorrência da regulamentação da Lei n.º 1.846, de 14 de agosto de 1925 (Reforma a Instrução Pública do Estado), foi possível amenizar a carência de profissionais docentes habilitados para atuarem no ensino primário na região do semiárido baiano.

A oferta do curso normal compreendia o ensino de cultura geral e o ensino propedêutico nos anos iniciais, e o aprofundamento nas disciplinas específicas de formação de professores nos anos letivos finais.

A organização das práticas individuais de ensino (estágio) previa a observação de classes do ensino primário e do ensino infantil no segundo ano do curso normal, a observação e coparticipação (regência) no terceiro ano e no quarto – e último ano letivo – um período específico para o cumprimento do exercício do magistério (regência). A realização dessas etapas pelo estudante normalista era condição fundamental para conclusão do curso e para habilitação como profissional docente.

Nas análises que pudemos realizar, observamos uma conjuntura responsável em sistematizar as ações relacionadas às práticas individuais de ensino que objetivava fornecer ao estudante normalista uma formação direcionada, construída na abordagem da relação entre saberes *para* ensinar e saberes *a* ensinar institucionalizados, aprimorando nesse contexto noções didáticas, metodológicas, pedagógicas e psicológicas, fundamentais no desenvolvimento e no preparo desse profissional.

Percebemos uma estreita relação entre saberes *a* ensinar e *para* ensinar no ensino de Matemática. Desde o conteúdo fixado até as dimensões conceituais, metodológicas e pedagógicas, empreendidas nas abordagens da matéria, especialmente em relação à utilização do método intuitivo, observados por meio da descrição da abordagem dos professores à época nas papeletas de práticas individuais de duas classes do ensino primário.

Por fim, as percepções conceituais e metodológicas relacionadas à matemática no registro do desenvolvimento dos conteúdos nas séries iniciais, realizados por estudantes normalistas, nos permitiram identificar as noções sobre a docência, o diagnóstico sobre o exercício prático e a adoção do método intuitivo na abordagem dos saberes *a* ensinar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Tecendo o processo histórico de profissionalização docente, no âmbito da matemática, nos seus diferentes níveis de formação na Bahia, de 1925 a década de 1980” e conta com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Edital da Chamada Universal MCTI/CNPq n. 01/2016).

REFERÊNCIAS

- Andrade, R. C. R., & Resende, M. R. (2010, julho/dezembro). Aspectos legais do estágio na formação de professores: uma retrospectiva histórica. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, 1(2), 230-252. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6474/2653>
- Araújo, F. O. de. (2020). *Saberes na formação matemática dos discentes da segunda Escola Normal de Caetité-BA (1926-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié-BA. Recuperado de <http://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wp-content/uploads/2021/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Fabr%C3%ADcia-1.pdf>
- Bertini, L.de F., Morais, R. dos S., & Valente, W. R. (2017). *A Matemática a Ensinar e a Matemática para Ensinar: novos estudos sobre a formação de professores*. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- Borer, V. L. (2017). Saberes: uma questão crucial para a institucionalização da formação de professores. In R. Hofstetter & W. R. Valente (Org.). *Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores* (pp. 173-199). São Paulo: Livraria da Física.
- Carvalho, M. M. C. de. (2010). *Sampaio Dória*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4716.pdf>
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Ed. Difel; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A.
- Decreto n.º 4.218, de 30 de dezembro de 1925*. (1925). Regulamento do Ensino Primário e Normal. Salvador-BA. In Santana, E. C. et al. (Org.). (2011). *A construção da escola primária na Bahia: guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamentos, 1890-1930* (pp.445-558). Salvador: EDUFBA.
- Decreto-Lei n.º 12.691, de 05 de março de 1943*. (1943). Reorganiza as Escolas Normais do Interior do Estado. Salvador-BA. Livro de Decretos e Portarias da Escola Normal de Caetité-BA
- Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946*. (1946). Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro-RJ. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Doria, A. S. (1922). Memória sobre a educação nacional. In Anais da Conferencia Interestadual de Ensino Primário. Rio de Janeiro: EMP Industrial Editora "O Norte". *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, 7(14), 217-237, 2003. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30231/pdf>
- Escola Normal de Caetité-BA. (1929). *Livro de Registro de médias e exames*. Arquivo inativo do Instituto de Educação Anísio Teixeira.
- Escola Normal de Caetité-BA. (1934). *Papeletas de Prática Individual*. Arquivo Público Municipal de Caetité-BA.
- Hofstetter, R., & Schneuwly, B. (2017). Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In R. Hofstetter & W. R. Valente (Org.). *Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores* (pp. 113-172). São Paulo: Livraria da Física.
- Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895. (1895). Lei republicana aprovada pelo Governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima sobre a Organização do ensino na Bahia. Salvador-BA. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122520/LEI%20N%20c%20ba%20117%20DE%2024%20DE%20AGOSTO%201895.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. (1925). Reforma a Instrução Pública do Estado. Salvador-BA. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134871/15%20%20Lei%20N.%201.846%2c%20de%2014%20de%20Agosto%20de%201925.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lima, E. B. et al. (2016). *Tecendo o Processo Histórico de Profissionalização Docente, no Âmbito da Matemática, nos seus Diferentes Níveis de Formação na Bahia, de 1925 a década de 1980*. Projeto de Pesquisa Chamada MCTI/CNPQ Nº 01/2016 – Universal – faixa A.
- Lima, H. (1978). *Anísio Teixeira: estadista da educação*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira.
- Livros Escolares. (1932, abril 21). *A Penna*. Caetité-BA.
- Lourenço Filho, M. B. (1922, maio). Prática Pedagógica. *Revista de Educação*. Piracicaba, 2(1), 50-59. In Lourenço Filho, R. (Org.). Lourenço Filho, M. B. A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação (pp. 61-69). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000326.pdf>
- Lourenço Filho, R. (Org.). (2001). Lourenço Filho, M. B. A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me0000326.pdf>
- Luz, J. A. R. (2009). *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA. Recuperado de <http://www.historia.uefs.br/arquivos/File/UMOLHARSOBREAEDUCAonabahiajosea agosto.pdf>
- Monarcha, C. (2010). *Lourenço Filho*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4706.pdf>

- Oliveira, A. R. (2012). A Escola Normal de Caetité: um projeto de formação de professores primários (1926-1941). In I. C. J. Souza & A. R. S. Cruz (org.). *Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens*. (pp. 27-42). Feira de Santana: UEFS Editora.
- Remer, M. M. Z., & Stentzler, M. M. (2009, outubro). Método Intuitivo: Rui Barbosa e a preparação para a vida completa por meio da educação integral. In *Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia* (pp. 6334-6345). Curitiba, PR: PUCPR. Recuperado de https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2908_1161.pdf.
- Silva, M. C. L., & Valente, W. R. (2014). A Geometria nos Grupos Escolares. In M. C. L. Silva & W. R. Valente (Org.). *A Geometria nos Primeiros Anos Escolares: histórias e perspectivas atuais* (pp. 41-64). Campinas-SP: Papirus.
- Tanuri, L. M. (2000). História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. (14), 61-89. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?lang=pt&format=pdf>
- Teixeira, A. (1925). *Programa do ensino da escola elementar urbana do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Recuperado de <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>
- Teixeira, A. (1928). *Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. Recuperado de <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/summario.html>
- Valdemarin, V. T. (2000, novembro). Lições de coisas: Concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. *Cadernos Cedes*, 20(52), 74-87. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/zTN9nd37mSsHn6yC7vSq5s/?lang=pt&format=pdf>